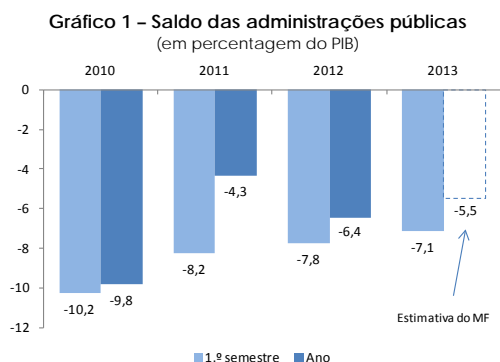


A presente nota rápida tem por base as contas nacionais trimestrais por setor institucional, apuradas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e a dívida pública trimestral, da responsabilidade do Banco de Portugal, ambas divulgadas no dia 30 de setembro. Para esta nota foram igualmente utilizadas as projeções do Ministério das Finanças para o défice e a dívida de 2013, divulgadas no mesmo dia no âmbito da 2.ª notificação dos défices excessivos (PDE) e a informação oficial divulgada ao público na sequência da conclusão da 8.ª e 9.ª avaliação do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), no dia 3 de outubro.

1 No 1.º semestre de 2013, o défice das administrações públicas em contabilidade nacional ascendeu a 5,7 mil M€, o equivalente a 7,1% do PIB semestral. Comparativamente a igual período do ano anterior, o défice evidenciou uma redução de 0,7 p.p. do PIB.¹ Excluindo o efeito global das operações de caráter extraordinário, o défice situou-se em 6,2% do PIB no 1.º semestre, o que traduz uma melhoria de 0,6 p.p. face ao verificado em período idêntico de 2012.²



Fontes: INE, Ministério das Finanças e cálculos da UTAO. | Nota: Valores não ajustados de operações de caráter extraordinário.

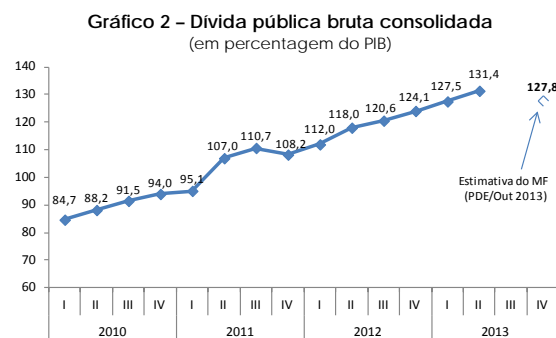
2 O valor estimado pelo Ministério das Finanças para o défice de 2013 manteve-se inalterado. A estimativa para o défice de 2013, apresentada no âmbito da 2.ª notificação do PDE, não sofreu alterações face àquela que foi apresentada em maio na 1.ª alteração ao OE/2013 e que se encontrava subjacente à 7.ª avaliação do PAEF (i.e. 9084 M€). Note-se que, após ter sido estabelecida esta estimativa, foi conhecida a decisão das autoridades estatísticas de incluir no défice público de 2013 a participação do Estado no capital no BANIF, em resultado da aplicação das regras da contabilidade nacional.³ Uma vez que a estimativa do Ministério das Finanças agora apresentada não foi alterada, poderia concluir-se que esta não incorpora a referida participação no capital do BANIF (que agrava o défice público em 700 M€), todavia, essa informação não é conhecida. Saliente-se que, na sequência da conclusão da 8.ª e 9.ª avaliação do PAEF, foram anunciadas receitas extraordinárias para 2013 associadas a um plano de recuperação de dívidas fiscais e contributivas, embora sem uma estimativa concreta relativamente aos valores que essas receitas podem atingir.

¹ O défice apurado pelo INE situou-se dentro do intervalo estimado pela UTAO em agosto: entre 6,6% e 7,6% do PIB (ou entre 5,7 e 6,7% para o défice corrigido de operações extraordinárias).

² As operações extraordinárias consideradas foram as injeções de capital na CGD (750 M€), e no BANIF (700 M€), nos 1.ºs semestres de 2012 e 2013, respetivamente.

³ O plano de recapitalização do BANIF foi conhecido no início de 2013 e contemplava um aumento do capital no montante previsto de 450 M€ junto de investidores privados. O reporte ao Eurostat relativo ao 1.º trimestre das contas nacionais das administrações públicas foi efetuado no final de junho.

3 A dívida pública bruta atingiu 131,4% do PIB no final do 1.º semestre de 2013 (ou 118%, líquida de depósitos da administração central), o que representa um aumento de 7,3 p.p. face ao registado no final de 2012. Esta variação corresponde a um acréscimo de 9,96 mil M€, concentrado no subsetor da administração central. Por instrumento, verificou-se um aumento da dívida sob a forma de títulos de dívida de longo prazo, refletindo as emissões de Obrigações do Tesouro a 5 e a 10 anos realizadas no 1.º semestre de 2013, e sob a forma de empréstimos de longo prazo, associada aos empréstimos do PAEF. Em sentido contrário, verificou-se uma amortização líquida de títulos de dívida de curto prazo. O rácio da dívida pública alcançado no 1.º semestre excede o objetivo previsto para o final do ano na 2.ª notificação do PDE, mas estão previstas operações que poderão dar origem a uma redução da dívida pública, nomeadamente as amortizações de títulos e a substituição de empréstimos dos bancos por empréstimos do Tesouro, por parte de empresas públicas.



Fontes: Banco de Portugal, INE e Ministério das Finanças.

4 A projeção para a dívida pública a atingir no final de 2013 foi revista em alta pelo Ministério das Finanças no âmbito da 2.ª notificação do PDE, devido à não concretização de um conjunto de operações discricionárias. A estimativa para o valor da dívida pública no final de 2013 é de 211,4 mil M€, ou seja, 127,8% do PIB, o que constitui uma revisão em alta (de 10,2 mil M€) face ao valor apresentado na 7.ª avaliação regular do PAEF (122,9% do PIB).⁴ De acordo com o Ministério das Finanças, a nova estimativa para a dívida pública resulta de se prever agora: (i) um menor montante para a aquisição de títulos de dívida pública portuguesa por parte dos fundos da segurança social em 2013 (que conduz a uma consolidação inferior); (ii) a não transferência de ações da Caixa Geral de Depósitos para a Parpública (empresa que não consta no perímetro) como forma de regularização das dívidas do Estado à empresa decorrentes dos processos de privatização e (iii) a manutenção de um saldo de disponibilidades de tesouraria superior no final do ano, por motivos prudenciais.⁵ Estas operações, com efeito ao nível do “ajustamento défice-divida”, foram estabelecidas no âmbito da 7.ª avaliação do PAEF e tinham por objetivo contrabalançar o aumento da dívida pública que resultaria das necessidades de financiamento de 2013, i.e. um défice de cerca de 9 mil M€.

⁴ O Ministério das Finanças prevê ainda que a dívida pública excluindo depósitos da administração central seja de 119,4% do PIB no final de 2013.

⁵ De acordo com o relatório e contas da Parpública, relativo ao 1.º semestre de 2013, a empresa recebeu do Tesouro ações de outras empresas públicas, com um valor estimado de 1000 M€, com destaque para os CTT (100%) e ANA (31,44%).